

O Militante

GES
PCP

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

UMA VEZ TOMADAS AS RESOLUÇÕES é a organização que decide tudo

Nenhuma resolução por mais justa que seja, nenhuma luta da classe operária, por esta ou aquela reivindicação, poderão ser levadas a bom termo sem uma organização à altura das circunstâncias. Sem organização a classe operária, não obstante ser a única classe revolucionária até ao fim, seria uma classe desarmada, incapaz de conduzir a luta dura, difícil e prolongada contra o poder do capital monopolista, que dispõe de todo o poder do Estado. Além de poderosas forças repressivas possui também uma infinidade de organizações, cuja missão consiste em conduzir a luta contra a classe operária e restantes trabalhadores, quer procurando perverter a sua consciência de classe por meio de campanhas ideológicas de conteúdo reacçãoário ornamentadas com rótulos tais como «defesa do bem estar dos trabalhadores», da «harmonia de classes», dos «interesses harmónicos do capital e do trabalho», etc., quer por meio da espionagem mais abjecta entre os operários, realizada por uma bem organizada rede de bufos, dirigida directamente pelo bando da PIDE.

A organização é a base da luta

Ante as grandes dificuldades que o Partido atravessa na hora presente, postas à luz clara do dia pelo Comité Central no passado mês de Agosto, surgiram entre alguns camaradas ideias erróneas sobre a forma de as vencer e de eliminar os erros cometidos.

Tendo a organização, como fim exclusivo, resolver na prática os problemas postos pela exploração capitalista à classe operária e realizar na prática a linha política do Partido, deve combater-se intransigentemente a ideia (diga-se em abono da verdade que não é de hoje) de que se deve primeiro criar uma organização bem estruturada, bem afinadinha, muito novinha e só depois disso feito actuar então. É preciso combater-se também intransigentemente a ideia de que a defesa dos militantes e organizações do Partido deve consistir em os militantes se porem a distância quilométrica das massas trabalhadoras e mesmo das organizações de base. A isto poderá chamar-se com certa propriedade defesa atrás da porta. Uma tal ideia a triunfar só agravaria ainda mais a desligação do Partido das massas e expô-lo-ia ainda mais aos golpes da polícia e acabaria por cortar os laços que devem prender sempre os comunistas à classe operária e às massas trabalhadoras.

Células e outros organismos do Partido virados para si mesmos, encerrados no círculo estreito dos seus problemas interiores, seriam organismos condenados a estiolar, por ninguém sentir a sua acção. Por isso mesmo, ninguém poderia seguir o que pudessem gritar tais organismos em quaisquer tarjetas ou manifestos em determinado momento, até porque os seus documentos redigidos por elementos desligados da classe operária e das massas trabalhadoras e, por isso mesmo, desconhecedores dos seus problemas e anseios, não poderiam reflectir as aspirações imediatas e mediatas dos trabalhadores, tanto no âmbito local e, regional, como no âmbito nacional. Não poderiam e não podem em muitos casos concretos existentes no nosso Partido no momento presente.

A classe operária precisa de se organizar para conduzir a luta pelas suas reivindicações contra os capitalistas. Com mais razão precisa de organizações do Partido Comunista Português politicamente capazes e seguras do ponto de vista de estruturação e da firmeza dos elementos que as compoem, para lhes explicar as causas da exploração de que é vítima por parte dos patrões e do regime que os serve e porque piora a situação destes ou



daqueles trabalhadores, e é necessário organizar a luta da classe operária pelas suas reivindicações imediatas e pelo derrubamento da ditadura fas-

cista. Por isso, a via correcta é: **organização formada, organização a actuar. Militante recrutado, militante a actuar.**

Fortalecimento das Organizações do Partido

O fortalecimento de todas as organizações existentes do Partido e a criação de outras em bases sólidas nos centros industriais e de concentração do operariado agrícola é a pedra de toque para o desenvolvimento da luta da classe operária, da sua unidade e organização e para o consequente desenvolvimento da união das forças democráticas contra a ditadura fascista. A tarefa mais premente e importante que hoje se coloca aos militantes do Partido é consolidar as organizações existentes, imprimir-lhe uma forte actividade política e orgânica virada sempre para a classe operária e as massas trabalhadoras e defendê-las da repressão fascista, mas actuando sempre em defesa dos interesses das massas trabalhadoras e sempre a elas ligados.

Os militantes e as organizações do Partido não conseguirão, porém, levar a bom termo uma tal tarefa se não se virarem audaciosamente para a classe operária, mergulharem bem na classe operária e actuarem sempre entre a classe operária. Não o conseguirão ainda se não organizarem as lutas da classe operária pela melhoria das suas condições de vida e para a conquista da liberdade política, se não ajudarem os trabalhadores a criar as formas de organização indispensáveis à direcção das lutas em todas as suas formas, das mais simples às superiores, isto é, das simples petições assinadas, diligências junto dos patrões, con-

centrações massivas junto das gerências das empresas, nos sindicatos nacionais e das autoridades, ao trabalho lento (cera), à greve e à manifestação na rua e nos locais de trabalho. No momento presente, a organização da luta das massas trabalhadoras por aumento geral de salários e contra a vida cara, contra a repressão e a deportação de presos políticos para fora do continente e pela amnistia exige a maior atenção e esforços das organizações e militantes do Partido.

Na organização de cada luta como no lançamento de palavras de ordem de realização prática imediata, as células de empresa, os Comités Locais, de Zona, Regionais, Provinciais, etc., devem ter sempre presente o princípio de que cada luta, para ser levada a bom termo, precisa de formas de organização apropriadas (Comissões de Unidade, Comissões Sindicais, Comités de Greve, etc., etc.), e que igualmente são necessárias formas de organização para a realização prática das palavras de ordem lançadas para as massas. Se não se tiver este princípio sempre presente apenas se gritará no vazio, embora com palavras inflamadas, mas pouco ou nada de prático se realizará em favor da classe operária e do desenvolvimento da luta pelo derrubamento da ditadura fascista de Salazar serventuária dos monopólios.

Noção exacta da força

e capacidade das organizações

Naturalmente que os militantes e as organizações do Partido devem sentir-se responsáveis por toda a actividade política e orgânica do Partido nos seus respectivos raios de acção, como responsáveis se devem sentir pela defesa e aplicação da linha política do Partido e das resoluções e decisões dos organismos da direcção do Partido. Por isso mesmo torna-se cada vez mais necessário aos militantes estudar e analisar a todo o momento e com sentido das responsabilidades o estado e a força das organizações do Partido sob a sua responsabilidade directa, nas empresas e nas localidades, assim como o espírito das massas e sua disposição para a luta, assim como têm necessidade também de analisar a todo o momento a força do inimigo a bater, a que distância se encontra, etc., de maneira a evitar que se tomem iniciativas, resoluções e decisões precipitadas e se não indiquem tarefas superiores à

força e capacidade das organizações. É necessário, porém, evitar qualquer subestimação da força das organizações do Partido, e do Partido no seu conjunto, e igualmente qualquer sobrestimação das forças do inimigo.

A única forma válida para se recrutar os melhores combatentes da classe operária para o Partido, para forjar quadros capazes e em condições de serem colocados à frente das organizações do Partido e na sua Direcção,—de modo a fortalecer e alargar as células de empresa existentes e de criar outras, de reforçar os organismos intermédios de direcção e de organizar outros em bases sólidas,—a única forma válida é a acção diária em defesa dos interesses da classe operária, organizando e orientando esta de maneira correcta, orientando e organizando a sua luta e a luta das massas trabalhadoras tanto no terreno económico, como no social e político.

Confiança inabalável na classe operária

Como regra geral, o recrutamento para o Partido deve ser feito apenas entre os melhores lutadores da classe operária após cada luta desta em defesa dos seus interesses. É de facto durante os combates e as batalhas da classe operária contra os exploradores que melhor se observam os homens e as mulheres quanto à sua coragem, dedicação, espírito de sacrifício e ao nível da sua consciência de classe.

É com novos militantes forjados nos combates diários pelo pão, pela paz, pela democracia e ligados estreitamente à classe operária e às massas trabalhadoras que o Partido deve reforçar as organizações existentes e criar outras nos centros vitais do país. Da classe operária vem a seiva vivificadora para todos os militantes se estes estão ligados a ela por estreitos laços de organização e de combate. Reforçar estes laços é um dever sagrado para todos os militantes do Partido.

Elementos desligados das massas, dos seus companheiros de trabalho, metidos no seu reduto defensivo porque, dizem, «não se pode ter confiança nesses ignorantes» (os ignorantes são os trabalhadores), nesses «analfabetos políticos», em geral não têm, ou não devem ter, qualquer interesse para o Partido. Longe de ajudarem o Partido e a luta dos trabalhadores são objectivamente elementos perturbadores que dificultam o trabalho revolucionário do Partido e a luta das massas trabalhadoras pelas suas reivindicações. Um elemento, dito revolucionário, que fala com desprezo superior dos operários, dos seus companheiros de trabalho, que não tenha confiança inteira na classe operária, um elemento nestas condições poderá ser um revoltado honesto (e há alguns) mas um revolucionário comunista é que ele não é.

A força dos comunistas e a sua confiança

inabalável no resultado da luta que o Partido dirige pela democracia, o socialismo e o comunismo advêm-lhes justamente da confiança inabalável que têm na classe operária, a única classe revolucionária até ao fim, e da sua estreita ligação com ela e com as massas trabalhadoras da cidade e do campo. Mas, no entanto, isto não é ainda suficiente. Para se vencerem as dificuldades actuais do Partido e outras que a luta por uma vida melhor comporta, é absolutamente indispensável que os operários e trabalhadores comunistas conquistem pela sua acção prática em defesa dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras a inteira confiança destas e que gozem igualmente da sua inteira confiança.

«É preciso eliminar — dizia Lénine, em 1920 — com cem vezes mais energia que até agora estes representantes da aristocracia operária ou trabalhadores aburguesados de todos os postos que ocupam e pôr em seu lugar operários, mesmo dos mais inexperientes desde que estejam ligados à massa explorada e gozem da sua confiança na luta contra os exploradores. A ditadura do proletariado exigirá precisamente a designação destes operários sem experiência para os postos mais responsáveis do Estado, sem o que o poder do governo operário seria impotente e não teria o apoio da massa».

Esta saudável confiança do grande Lénine nos operários revolucionários deve animar todos os comunistas portugueses para ultrapassar as dificuldades da hora presente e marcharem adiante audaciosamente para fortalecerem o Partido nos centros industriais mais importantes e para prepararem os novos combates da classe operária e das massas trabalhadoras pelo pão, pela paz, pela democracia, pelo socialismo.

Chefes, Partido, Classe, Massa

Negar a necessidade do Partido e da disciplina partidária! Foi a uma tal atitude que chegou a oposição. Ora esta posição equivale a desarmar completamente o proletariado em proveito da burguesia, equivale precisamente a adoptar os defeitos da pequena burguesia: dispersão, instabilidade, falta de firmeza, de união, de acção conjunta, defeitos que trarão a falência inevitável do movimento revolucionário proletário, se são olhados com indulgência. Negar do ponto de vista do comunismo, a necessidade do Partido, é saltar das vésperas da queda do capitalismo (na Alemanha) não para a fase inferior

ou média do comunismo, mas para a fase superior deste. Na Rússia, passados mais de dois anos após o derrubamento da burguesia, estamos ainda a dar os primeiros passos na via da transição do capitalismo para o socialismo, ou seja, para a etapa inferior do comunismo. As classes subsistem e subsistirão, em toda a parte, durante anos, após a conquista do poder pelo proletariado.

LÉNINE — «Extremismo, doença infantil do comunismo,»

Edições «Aventure!»

ORGANIZAR E IMPULSIONAR AS LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA PELA DEFESA DOS SEUS INTERESSES

A reunião do Comité Central de Agosto último chamou a atenção dos militantes para as dificuldades e debilidades que se manifestam na actividade do Partido. Na base da discussão que se operou, da análise crítica e auto-crítica, foram tomadas resoluções essenciais, destinadas a vencer a presente conjuntura e a elevar o Partido ao nível das suas responsabilidades e das perspectivas de luta que se oferecem à sua actividade de vanguarda.

Essas resoluções só têm valor na medida em que forem postas em prática, em que servirem de base à actividade dos diferentes organismos do Partido, desde a sua Direcção às células de empresa. Depende dos militantes do Partido, da sua capacidade política, da sua integração no espírito das resoluções, da sua dedicação, do estudo atento das possibilidades de cada sector, das condições da organização, do espírito de iniciativa de que os quadros derem provas, o resultado das medidas tomadas pelo Comité Central, para dar novo impulso ao Partido, para orientar e organizar as lutas de massas, em torno dos seus problemas vitais.

A política fascista provoca a alta do custo de vida

A defesa dos interesses das massas trabalhadoras requer dos comunistas um conhecimento atento e pormenorizado das condições de vida e dos problemas mais instantes da classe operária e das camadas populares. A constante subida dos preços dos géneros de primeira necessidade, em choque com o baixo poder de compra das massas trabalhadoras portuguesas, constitui hoje um dos seus problemas vitais.

O imposto de transacções criado pelo governo fascista, em Agosto último, elevou de um só golpe o custo de vida de 7 a 20 por cento, abarcando a quase totalidade dos artigos de amplo consumo.

O imposto de transacções destina-se a financiar a guerra colonial e as medidas de repressão, cujas despesas atingiram no ano findo a cifra de 7 milhões 705 mil contos, a fazer face à redução dos impostos alfandegários, provocada pela participação de Portugal na Zona de Comércio Livre, a cobrir as despesas do chamado subsídio do custo de vida ao funcionalismo público.

Enquanto o governo fascista reduz de 60 para 45 por cento a taxa máxima de tributação dos altos rendimentos, para efeito de imposto complementar e liberta de uma série de encargos fiscais grandes companhias, bancos e hotéis, faz incidir o imposto de transacções sobre as mais amplas camadas populares, sobrecarregando assim o seu fraco orçamento familiar.

A política de protecção aos monopólios provoca a subida incessante do custo de vida. Para servir os potentados da electricidade, o governo aumentou o preço das tarifas de consumo. Para beneficiar escandalosamente os grandes agrários e capitalistas, permite o aumento do preço do

azeite, da batata, da fruta, do leite, da carne e mais recentemente do arroz, cujo preço foi elevado de \$30 e \$40 centavos em quilo. Por detrás do encarecimento constante dos géneros estão os monopólios capitalistas. Senhores do mercado nacional e do mercado externo fomentam a alta dos preços, com a conviência do governo salazarista, para aumentarem o nível dos lucros, para estenderem a rede dos seus interesses. A exploração da classe operária serve de base a esse incessante enriquecimento. Nas fábricas e nos campos os monopólios renovam os processos de produção, pelo desenvolvimento da técnica, exigem dos trabalhadores um maior esforço e um maior rendimento, aumentam a margem de lucro pois pagam salários que ficam muito aquém dos proventos que recebem, usam o recurso das multas e dos castigos, prolongam a jornada de trabalho, estabelecem a desigualdade de salários para as mulheres e para os jovens.

O governo fascista e os magnates da finança e da indústria podem oferecer aos imperialistas uma mão-de-obra barata, como forma de convite para que invistam capitais em escala crescente na exploração das riquezas nacionais.

«São cada vez maiores as oportunidades que a nossa economia oferece aos investimentos externos» — dizia recentemente o Dr. Xavier Pinto, director do gabinete de estudos económicos, num almoço oferecido pelo Banco Português do Atlântico à missão comercial americana que visitou o nosso país sob o patrocínio do governo dos Estados Unidos. «De menos de 1 por cento em 1959, passaram para 20 por cento no ano findo». Esse facto, acentuou ele, «fundamenta-se na existência de disponibilidades de mão-de-obra barata e disciplinada e um cus-

to extremamente favorável e com uma extraordinária adaptabilidade».

A actividade do governo fascista em favor dos monopólios e do imperialismo estrangeiro, ligada às pesadas consequências da guerra colonial, estão na base da inflação que começa a sentir-se na vida económica nacional, e contribui para o agravamento do custo de vida. A circulação fiduciária registou um aumento de 2 milhões 424 mil contos entre 1964 e 1965. Daqui resulta também a subida do custo de vida, o agravamento constante dos preços.

Elevar a combatividade dos trabalhadores melhorar a organização das lutas

Durante o ano corrente as mais variadas lutas da classe operária testemunharam a sua combatividade, capacidade de iniciativa e de organização, reagindo firmemente e nalguns casos de modo exemplar às formas de exploração e ao agravamento das suas precárias condições de vida.

Os portuários de Lisboa mantiveram-se em greve contra as horas extraordinárias durante mais de 4 semanas e acabaram por impôr aos armadores e ao fascismo a satisfação das suas reivindicações por melhores salários, por novas condições de trabalho.

A greve dos pescadores de Matosinhos, a paralisação de trabalho dos corticeiros da CAFI, acompanhada da ocupação da fábrica, a corajosa luta dos operários de Trefileria Menezes, em Freimunde, que forçaram as autoridades a reabrir a empresa, as concentrações e manifestações de rua dos operários dos serviços municipalizados de Gás e Electricidade do Porto, dos trabalhadores dos Transportes Colectivos daquela cidade, comprovaram a disposição de luta da classe operária, testemunharam a sua capacidade revolucionária para novas e mais importantes acções contra a exploração capitalista e o fascismo.

Na indústria da cortiça, na têxtil, nas construções navais, metalurgia, confecção de vestuário, na CUF, entre os empregados de escritório, de farmácia, caixeiros, empregados camarários, empregados da propaganda médica, operários cerâmicos, papeleiros e outros desenvolveram-se no ano em curso acções reivindicativas, junto da empresa e no sindicato, várias das quais foram coroadas de sucesso.

Ferrovários, conserveiros, motoristas, operários dos telefones, da indústria de tabacos, construção civil, da indústria hoteleira, conduzem uma luta por aumento de salários, por melhores condições de trabalho e de assistência, por um novo contrato colectivo, que abarca dezenas de milhar de trabalhadores.

Entre os sectores em luta, os ferroviários e os operários da construção civil viram parcialmente satisfeitas as suas reivindicações.

O traço marcante destas últimas lutas consiste no seu carácter nacional, na passagem do âmbito

As dificuldades que se registam, e que acrescentam à vida dos trabalhadores novos motivos de miséria e de sofrimento, não deixarão de crescer. A exploração capitalista intensifica-se no quadro de uma guerra colonial custosa e prolongada, sob a alçada de um governo fascista que prossegue a sua política de protecção aos monopólios nacionais e estrangeiros.

Novos e mais poderosos motivos de luta se avizinham. Os comunistas devem encontrar-se em condições de orientar e organizar a classe operária pela defesa dos seus interesses vitais.

bita da empresa para a escala do país, utilizando com frequência a acção junto do sindicato, dos organismos corporativos, do ministério respectivo. A pressão dos trabalhadores forçou os dirigentes sindicais a reuniões de carácter nacional, a medidas concretas para que sejam atendidas as reivindicações mais instantes.

Mas estas lutas carecem de uma orientação mais firme e de uma organização capaz de pôr em movimento a vontade de luta dos trabalhadores. Faltam organismos dirigentes nos centros fundamentais—comissões de unidade, de classe, sindicais, compostas de trabalhadores combativos e prestigiados—que impulsionem a luta, que estudem as formas de desenvolver a acção reivindicativa, nas empresas, no sindicato, junto das autoridades corporativas, que elaborem abaixo-assinados largamente subscritos, formulem de novo as reivindicações mais prementes e as façam chegar ao ministro das Corporações ou a outras entidades responsáveis, que elevem a combatividade dos trabalhadores para que eles realizem concentrações, manifestações, reduzam o rendimento do trabalho, se disponha a recorrer a paralisações e greves.

Uma luta reivindicativa à escala nacional requer um organismo nacional que a possa dirigir. É o que falta às lutas em curso. Para que as acções reivindicativas sejam coroadas de sucesso, são imperiosos os contactos entre os trabalhadores de várias regiões, pertencentes ao mesmo ramo de produção, para troca de pontos de vista, de experiência, para uma melhoria da luta, para o estudo das formas de acção que se torna indispensável aplicar nos vários sectores, para que o movimento possa avançar.

O patronato e o fascismo dão-se conta das debilidades da luta e manobram de várias maneiras, utilizando as promessas, que não pensam cumprir, os adiamentos, quando não sentem necessidade de recorrer à ameaça, ao uso da força, à prisão dos elementos que eles consideram como os mais responsáveis pela direcção das acções reivindicativas.

Os trabalhadores travam uma luta difícil contra um inimigo experiente. Para obterem êxitos a sua unidade e disposição de luta são factores indispensáveis. A sua capacidade de ataque de-



ve ser considerada. A importância da organização precisa de estar sempre presente, pois esta condiciona o sucesso da luta.

As acções reivindicativas em curso não podem desenvolver-se apenas no âmbito do sindicato e das autoridades corporativas. Elas devem processar-se no âmbito da empresa, principal campo de batalha, através de formas de luta variada, mas nas quais entram as concentrações junto da gerência, as pequenas paralisações e greves, servidas pela firmeza e combatividade dos trabalhadores e pela sua união. Elas devem continuar junto do sindicato e das autoridades fascistas, não só sob a forma de diligências realizadas por comissões de trabalhadores, embora estas sejam úteis e necessárias, mas principalmente por fortes concentrações do pessoal.

Linha política justa

aplicada na acção prática

Numa fase em que se agravam as condições de vida dos trabalhadores, a função dirigente do Partido precisa de surgir aos olhos da classe operária através da justiça da sua linha política e da acção prática dos seus militantes.

Mas de pouco valerá a justiça da linha política, se os militantes do Partido não se dão conta do estado de espírito das massas, não sabem aproximar-se delas, deixam aos fenómenos de geração espontânea as condições de desenvolvimento das lutas reivindicativas ou pensam que para conduzir tais lutas basta a acção de um manifesto, das tarjetas ou das inscrições nas paredes. Sem dúvida a agitação desempenha um importante papel na organização e desenvolvimento das lutas reivindicativas, mas não é ela que vai determinar, de um modo geral o processo da luta. São os lutadores de vanguarda, comunistas, simpatizantes, ou simples trabalhadores animados de uma firme consciência de classe e alimentados pela experiência de outras lutas, que decidem na preparação e desenvolvimento das batalhas da classe operária contra os seus exploradores e opressores.

O uso da propaganda pode, em certos casos, retardar ou dificultar o desenvolvimento das lutas, na medida em que chama a atenção do patronato e das autoridades para um movimento reivindicativo que se prepara e os leva a exercer a sua acção intimidativa ou de repressão antes dos trabalhadores terem ganho uma maior consciência sobre a necessidade da luta e se terem organizado e preparado para ela.

Quando a actividade dos militantes comunistas e dos trabalhadores de vanguarda criou as condições propícias à eclosão da luta, através de um intenso trabalho de esclarecimento, de organização e de discussão, um manifesto ou uma simples tarjeta convidando à concentração, à paralisação, à luta tem um efeito galvanizador

É tarefa dos comunistas estar onde estão as massas, marchar à cabeça destas, ajudar a concertar e a orientar estas lutas à escala do país, a promover reuniões de trabalhadores, a criar os organismos necessários, a estimular a combatividade da classe operária, a encontrar os meios de impulsionar a acção, destacando quadros, procurando as formas práticas de contacto com os operários em luta, a fim de lhes assegurar a orientação do Partido. É necessário assinalar que as lutas da classe operária durante o ano de 1966 estão muito aquém das possibilidades reais, das condições objectivas da capacidade revolucionária dos trabalhadores. Várias dessas lutas ficaram no início ou a meio caminho, por falta de organização, de orientação precisa, de estímulo, de capacidade política, de espírito de iniciativa, de aplicação prática da linha do Partido.

e dá os resultados que se ambicionam.

Mas a poderosa força das lutas reivindicativas, a base decisiva dos seus sucessos reside na organização dessas lutas. Essa organização nada tem que ver com o rigor esquemático de quem alinha soldados em parada, mas com a noção precisa de quem prepara homens para a luta, para a luta que se deve desenvolver em cada dia e que em cada dia deve ser preparada. Não se trata de criar primeiro as condições óptimas para então iniciar a luta. Trata-se de criar as condições indispensáveis para que a luta se inicie e desenvolva, tendo em conta o valor da organização e o papel que desempenha no desenvolvimento das acções reivindicativas e das batalhas políticas da classe operária. Um exemplo, arrancado à experiência das grandes lutas conduzidas pelo nosso Partido será suficiente para esclarecer este ponto. Em certo sector da actividade do Partido a organização local deu-se conta do estado de descontentamento das massas. Impunha-se uma luta reivindicativa contra a exploração patronal e as novas medidas do governo. Os quadros do Partido não eram numerosos e em várias empresas não se contava com um mínimo de organização. Promoveram-se as primeiras reuniões com trabalhadores sem Partido. Criou-se uma comissão de Unidade encarregada de promover novos e rápidos contactos com trabalhadores de outras empresas. Num curto período de tempo organizaram-se várias reuniões de trabalhadores sem Partido, assentou-se nas formas de luta a seguir, desenvolveu-se uma intensa campanha de esclarecimento e de estímulo entre a classe operária. Mercê do espírito de iniciativa dos trabalhadores foram criadas comissões de unidade nas principais empresas, ultrapassando, deste modo, a actividade dos próprios militantes do Partido que não anteviam perspectivas para uma acção de tamanha envergadura. Quando a

luta reivindicativa se iniciou com concentrações numa das principais empresas, o impulso criado pelos primeiros contactos, pelas reuniões de trabalhadores, permitiu que o movimento alastrasse rapidamente, que novas concentrações tivessem lugar noutras empresas, ao mesmo tempo que os trabalhadores em luta reforçavam os contactos, as formas de ligação e de organização e se lançavam audazmente no combate recorren-

do a paralisações, a greves, a manifestações de rua, em luta aberta com as forças de repressão. A agitação que insistentemente circulava guiava os trabalhadores na condução da luta e levava-lhes entusiasmo e confiança. O Partido enriqueceu-se com esta importante experiência e reforçou-se com a vinda de novos militantes, dos trabalhadores que mais aprederam na acção e que melhor souberam lutar.

Tarefas imediatas

«O Comité Central considera — afirma-se no Comunicado da reunião de Agosto último — que as dificuldades que o Partido atravessa não excluem, mas pelo contrário exigem da parte do Partido um grande esforço para orientar e organizar a classe operária e as massas populares na luta pelos seus interesses vitais imediatos, na luta contra o aumento do custo de vida, pelo aumento de salários, contra a guerra colonial, contra a repressão e pela amnistia, pela liberdade».

As tarefas traçadas pelo Comité Central são tarefas fundamentais e imediatas. São tarefas para serem postas em prática com a noção precisa do que significa, para todos os membros do Partido, levar à prática as resoluções dimanadas do seu órgão dirigente. É à capacidade política, ao espírito de iniciativa dos quadros, à sua abnegação de comunistas, de combatentes da grande causa do proletariado, que o Comité Central faz apelo para que a orientação estabelecida possa ser concretizada. Antes de mais é necessário integrar os militantes mais responsáveis, os quadros mais devotados no espírito das resoluções do Comité Central e ganhar para elas todo o Partido. A discussão, a insistência, a explicação, a ajuda fraterna, o estudo pormenorizado para a sua aplicação por sector e até por militante permitirão que o Partido avance, que o valor das resoluções e da orientação traçada se transforme em activo trabalho de organização, de defesa, de luta, que oriente e impulsione as massas trabalhadoras em novos combates.

Para orientar e impulsionar as massas traba-

lhadoras nas suas lutas partimos desta realidade que é o Partido na presente conjuntura. E partimos igualmente da sua experiência na condução de milhares de lutas, do crédito político de que goza entre os mais largos sectores da classe operária e das massas populares. E consideramos como força viva e actuante os militantes do Partido, os quadros novos e velhos, que no seu sector de trabalho procuram sempre guiar-se pela linha do Partido e se mantêm firmes, no meio das dificuldades, dispostos a vencer, a ultrapassar os obstáculos, a renovar os métodos de trabalho, a alargar o Partido, a transformar em actividade prática a orientação traçada pelo VI Congresso e pelo Comité Central.

«No momento actual — afirma o Comunicado do Comité Central — a par da iniciativa política e do esforço pertinaz para o desenvolvimento das lutas de massas, impõe-se um grande esforço do Partido e de cada militante, esforço em muitos casos silencioso e paciente, para vencer as graves debilidades existentes e abrir ao Partido uma nova fase do seu desenvolvimento, de que depende largamente a ampliação e o sucesso da luta popular.»

«O Partido tem forças e recursos para realizar as tarefas a que se propõe. Orientado pela linha traçada pelo VI Congresso, realizá-las-á com a unidade, com o esforço, com o espírito revolucionário, com a disciplina, com a iniciativa dos seus membros e com o largo apoio dos trabalhadores, da juventude, dos homens mais esclarecidos e corajosos de todas as camadas populares.»

Organizar e impulsionar as lutas de massas

O elemento motor das lutas de massas é o objectivo imediato e não objectivo final. Se não o compreendermos não podemos conduzir as massas à luta, orientá-las e encaminhá-las para que numa fase superior, venham de facto a lutar directamente pelo objectivo final, que então se tornará também um objectivo imediato.

Por isso o grosso das nossas energias deve concentrar-se na mobilização das massas para a luta por esses objectivos concretos imediatos e isto impõe-nos a necessidade de determinar quais são os objectivos capazes de mobilizá-las, quais são os organismos mais apropriados para

dirigi-las, quais são as formas de acção mais eficientes num momento dado.

Quais são as lutas que, de momento podem conquistar o interesse, a adesão e a participação activa das massas?

Em relação à classe operária, a luta pelo aumento de salários, pela conquista e respeito da jornada de oito horas, contra o desemprego, contra os ritmos infernais de trabalho.

ÁLVARO CUNHAL — Relatório da actividade do Comité Central ao VI Congresso do Partido Comunista Português

PORTUGAL

RECTAGUARDA ESTRATÉGICA DO IMPERIALISMO ALEMÃO

Da velha e repetida toada «Portugal, país pobre...», que em anos sucessivos ressuruiu em discursos de Salazar e dos seus mais categorizados colaboradores, passaram os governantes fascistas a exhibir na hasta pública da sua política de traição todo um desentranhar de riquezas nacionais, cuja inesgotabilidade apregoam agora aos imperialistas estrangeiros.

No panorama da cooperação actual com as potências capitalistas, para o salazarismo em cirse o maior lance é aquele que abrange simultaneamente a ajuda financeira, o apoio político e a cobertura militar para a manutenção das guerras coloniais e a sua permanência no poder.

Sob o signo da Alemanha revanchista

Da penetração económica, à base aérea de Beja

Nos termos em que habitualmente se exprime o impudor dos círculos dirigentes do fascismo, «os investimentos turísticos revestem a viabilidade económica correspondente às indústrias clássicas consideradas estáveis e apresentam em gestão adequada, segura rentabilidade. Isso deve levar naturalmente ao afluxo dos capitais». Tal foi dito pelo Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, em Outubro findo, por ocasião do II Congresso Nacional de Turismo.

Semelhantes afirmações foram completadas com dados estatísticos sugestivos em que se destaca o papel desempenhado pelo excedente da balança turística, que «tem continuado a financiar o saldo negativo da balança comercial metropolitana, passando de uma posição de cobertura de 22 por cento em 1963 para 25 por cento em 1965». E paralelamente, «o crescimento das receitas proporcionadas pelo turismo estrangeiro» —cerca de 6 milhões de contos em 1966— «tem sido superior ao verificado no conjunto das exportações dos bens e serviços para o estrangeiro, atingindo em 1963 16 por cento do seu volume total e 29 por cento em 1965.»

Os imperialistas alemães não hesitaram em investir largas somas na exploração da nova indústria do turismo, aproveitando as belezas paisagísticas de Portugal, a transparência do céu azul e as douradas areias do Algarve. O turismo permite ao mesmo tempo que os interesses económicos se conjuguem com os objectivos militares. A par das gigantescas instalações hoteleiras os monopólios alemães financiam a construção e reparação dos aeródromos de Faro, Funchal, Lisboa e Porto. Entretanto não cessam as conversações ao mais alto escalão dos representantes da grande finança alemã com os dirigentes salazaristas. Em Outubro findo, um potente capitalista da Alemanha Ocidental, Von Menges, veio a Lisboa para negociar directamente com os ministros da Economia, Secretário da Indústria e Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino novas cedências económicas.

Ligado ao governo de Bona na sua qualidade

de dirigente do Conselho económico do Partido Democrata Cristão, presidente do conselho de administração do poderoso monopólio G.H.H. e de vários conselhos de administração de um dos mais completos consórcios industriais do mundo, Von Menges definiu nos termos superiormente insolentes da típica soberba militarista germânica, os seus objectivos: não viera perder tempo com perspectivas de intercâmbio que pusessem termo ao saldo negativo nas relações comerciais entre a Alemanha e Portugal através de uma banal troca de máquinas por vinho, mas sim estabelecer negociações que levassem a uma maior intensificação nas relações económicas, baseadas num largo investimento de capitais alemães, assinalando a necessidade de que tais relações se estendam aos sectores da siderurgia, minas, caminhos de ferro, indústrias químicas e construções navais. Assinalou já a participação dos capitais alemães na Companhia de Pesca de Cabo Verde, onde estão associados com capitalistas portugueses e japoneses e na exploração da indústria de conservas, empreendimentos que custarão entre 200 e 300 mil contos.

As palavras de Von Menges definem hoje uma realidade. Os capitalistas germano-ocidentais estão instalados em Portugal muito para além do sector do turismo. Capitais alemães foram investidos no plano de rego do Alentejo, na transformação de uma vasta área cerealífera em zona florestal naquela província, nas indústrias do vidro, petroquímica, artigos eléctricos, produtos químicos, exploração mineira, indústria de películas fotográficas radiográficas e de filmes, siderúrgica, automobilística e outras.

A estes sectores da economia por onde se espraia a aplicação dos capitais oeste-alemães junta-se a invasão do mercado interno pelos seus produtos, que elevam a República Federal Alemã à categoria do país que «presentemente mais vende a Portugal» e cuja expressão ruínosa se mede na balança comercial pelos seguintes valores relativos a 1965: importação, 4 milhões e 200 mil contos; exportação, 1 milhão e 300 mil contos, ou seja, um saldo negativo de 2 milhões e 900 mil contos contra Portugal.

A faceta da penetração económica é acompanhada da penetração militar, de graves e perigosas consequências.

Chegaram à base aérea alemã de Beja os primeiros contingentes das forças armadas da Alemanha Federal e dentro em pouco 17 mil soldados daquele país pisarão o solo pátrio. Para a construção desta base o povo português dispendeu 1 milhão de contos. Mas a sombra sinistra daquela que é considerada a maior pista aérea militar do mundo, estendendo-se sobre os

homens e as searas da planície alentejana, galga as fronteiras nacionais. É a existência da pacífica população do Alentejo que está em jogo. É a acção dos aviões supersónicos e de vôo rasante, que provocam no imediato uma ameaça às suas vidas e haveres. Mas a base aérea de Beja tem uma função militar, sujeita a actos punitivos em caso de guerra. Ela põe em perigo a vida pacífica do nosso povo, é um atentado à soberania nacional. É também a segurança da Europa que ela antige.

Lisboa-Bona: eixo de uma política de guerra

Entre a variada clientela imperialista do salazarismo, as estreitas afinidades ideológicas de projecção mundial, os planos de guerra e os objectivos específicos imediatos fundem numa acção política e militar conjunta e convergente o militarismo alemão e o fascismo português. E esta acção conjuga-se tanto na Europa como no continente africano.

Quando Salazar justifica as guerras que conduz nas colónias de Angola, Guiné e Moçambique pelo objectivo de «defender a Europa nos últimos redutos em que ainda pode ser defendida», essa Europa, segundo o ditador, de que «o continente africano é um complemento natural, necessário à sua vida, à sua defesa, à sua subsistência», ele abre o caminho a todas as situações que possam atrair apoio, auxílio para a aplicação prática daquele ultra-reaccionário e trágico conceito.

A Alemanha de Bona é hoje o aliado ideal na ocorrência. A sua luta pela recuperação das fronteiras do nazismo e reunificação territorial com o aniquilamento da República Democrática Alemã, aproveita das múltiplas frentes de combate que a colaboração salazarista lhe faculta. As colónias portuguesas, inesgotável reservatório de matérias-primas e de mão-de-obra, vasto campo de aplicação do material de guerra da Krupp contribuem sob múltiplos aspectos para a realização daquela política, cujos objectivos em África «visam influir no sentido favorável ao Ocidente e arranjar amigos que apoiem a causa da reunificação da Alemanha», conforme exprimiu em Março passado em Lisboa o ministro oeste-alemão dos Negócios Estrangeiros, Schroder.

No imediato, a comunhão de objectivos dos dois sistemas apresenta como denominador co-

mum o clima de guerra fria que fomentam e lhes aproveita reciprocamente. E neste quadro, as guerras do colonialismo salazarista são base para um novo conflito mundial.

Sucedem-se as incursões territoriais, as violações do espaço aéreo, os bombardeamentos de aldeias dos territórios vizinhos. Senegal, Guiné, República do Congo (Brazzaville), Zâmbia, depõem sucessivas queixas na ONU contra a acção provocadora em África do governo de Salazar, dos colonialistas portugueses.

«O meu governo deseja tornar claro que se Portugal não cessar imediatamente a sua política agressiva contra a República soberana da Zâmbia, será obrigado a adoptar firmes medidas defensivas para repelir os agressores», expõe perante as Nações Unidas em fins de Julho passado, o delegado da Zâmbia, a propósito do bombardeamento, com destruição da aldeia de Ichapatela, por aviões salazaristas.

Mais recentemente, a 20 de Setembro último é a voz da República do Congo (Kinshasa) que apresenta queixa contra Portugal no Conselho de Segurança da ONU, a propósito do treino de mercenários ao serviço de Tschombé e sua concentração em Angola, no enclave de Cabinda e nas localidades fronteiriças de Henrique de Carvalho e Vila Luso, «com vista ao desencadeamento de alterações da ordem no Congo».

No cruzamento da política de guerra do Eixo Lisboa-Bona, em África como na Europa, é a independência, a soberania e a liberdade dos povos, os próprios destinos da Humanidade que se jogam. Da Humanidade que não esquece as lições da História: no intervalo de 20 anos, duas guerras mundiais foram desencadeadas pelo militarismo alemão; 10 milhões de vidas ceifadas na primeira, 56 milhões na segunda.

Lá onde existe o urânio...

Ao tomarmos conhecimento das recomendações recentemente feitas pelo Conselho Mundial da Paz aos partidários da Paz dos países membros da Aliança Atlântica, relativamente à necessidade de chamar a atenção da opinião pública dos respectivos países sobre as três «Condições imperiosas de Paz na Europa»—renúncia

dos dois Estados alemães às armas atómicas; manutenção das fronteiras actuais da Europa; reconhecimento da República Democrática Alemã—pensamos que o cumprimento desse dever por nossa parte transcende o limite das fronteiras nacionais.

A luta pela posse das armas nucleares tra-

vada pela Alemanha Federal e activamente patrocinada pelo imperialismo americano, pode não atingir os seus objectivos por intermédio da NATO mercê da vigilância e dos esforços exaustivos dos países socialistas e das forças da Paz do mundo inteiro, que até agora têm conseguido conjurar o perigo.

Mas como previa o grande sábio e combatente da Paz Frederico Juliot Curie, então presidente do Conselho Mundial da Paz, «o facto da Alemanha Federal se ter «comprometido» a não fabricar armas atómicas no seu território, não impedirá de as receber dos Estados Unidos ou de fabricá-las com a ajuda de Franco e Salazar em países como a Espanha e Portugal, que possuem reservas de urânio.» (o sublinhado é nosso)

O «Pacto Ibérico»

Recurso válido do imperialismo estrangeiro

Este estreitamento de relações surge num quadro do fascismo português em que as dominantes são dadas pela decisão de prosseguimento de guerras coloniais, «a decisão de ficar», no dizer recente do ditador; pelo desencontro de interesses imperialistas que se jogam na crise da Aliança Atlântica; por um conjunto de insucessos políticos e diplomáticos com crescente isolamento do regime no plano internacional criado pela sua política colonialista; por uma intensificação compensadora das relações políticas e militares com a Espanha de Franco.

Ao abrigo do «Pacto Ibérico» — assinado ainda no rescaldo da guerra civil espanhola, os exércitos luso-espanhóis, mobilizando milhares de efectivos militares, realizaram em fins de Setembro último nos territórios portugueses e espanhóis as mais espectaculares manobras peninsulares de guerra de todos os tempos.

Eis o tema da chamada «operação Salado»: «as manobras destinam-se a preparar a defesa contra um inimigo vindo de Leste, que apercibendo-se da fraqueza da coligação atlântica, em vez de tentar o ataque frontal ultrapassando a «cortina de ferro», faz uma manobra de envolvimento através do Norte de África procurando, pela conquista da península Ibérica, destro-

Situam-se em território português as mais ricas minas de urânio da Europa, à riqueza nacional em minério radioactivo já conhecida — 60 minas em exploração nas mãos do imperialismo estrangeiro — juntam-se na actualidade novas perspectivas largamente prometedoras nos terrenos uraníferos de Nisa.

Nós sabemos que o que pode não resultar com conhecimento da opinião pública mundial nos debates das conferências internacionais, poderá obter-se com êxito no silêncio de negociações realizadas através de acordos bilaterais e neste campo as mais temíveis perspectivas para a causa da Paz mundial se adensam à volta da estreita cooperação política e militar entre Lisboa e Bona.

çar as rectaguardas da defesa do Ocidente».

Servindo em primeira linha a luta conjunta dos dois regimes peninsulares contra o desenvolvimento do movimento democrático e popular em Portugal e Espanha, o «Pacto Ibérico» é ainda um recurso válido como base estratégica da política de guerra do imperialismo estrangeiro e em particular dos Estados Unidos e da Alemanha Federal.

Pela identidade ideológica, pelo comum alinhamento no espírito de cruzada contra os países socialistas, os dirigentes políticos de Bona encontram no salazarismo e no franquismo o terreno propício para a cultura dos seus planos revanchistas.

Nenhuma dificuldade se levanta à articulação entre os dispositivos militares oeste-alemães em território espanhol — de que citaremos as instalações para engenhos teleguiados, localizadas nos Pirineus — e aqueles que o fascismo português lhes oferece no território nacional. «O direito dos aviões da República Federal Alemã sobrevoarem a Espanha a caminho da base aérea de Beja, prerequisite para a sua adequada utilização», nas palavras do ministro oeste-alemão dos Negócios Estrangeiros, Schröder, foi, de facto, confirmado pelas autoridades franquistas.

Ao entendimento para a guerra

Opõe-se uma aliança para a paz

A esta ruínosa cooperação para a guerra do Eixo Lisboa-Bona, opõe-se a acção dos povos português e alemão numa solidária aliança para a Paz, com a consciência de que não são apenas os seus interesses respectivos que estão em causa e são jogados nas malhas daquela política, mas o interesse geral dos povos na salvaguarda da paz mundial.

Quando em 1655 a Assembleia Nacional salazarista apoiou a entrada da Alemanha na NATO

«com palavras de estima e aplauso para a reconstrução alemã» — conforme lembrava recentemente em Lisboa o ministro germano-occidental Schröder — foi o povo português quem fez vibrar na consciência nacional o sentimento do respeito pela memória dos 56 milhões de vítimas do nazismo na segunda guerra mundial e alertou a opinião pública para a sua parte na responsabilidade colectiva mundial em defesa dos destinos da Humanidade.

De Norte a Sul do país o grito ressoou:

«abaixo o rearmamento alemão!»

Hoje que o povo português auscultando a terra que sabe ser sua sente que o ruído surdo da bota do invasor avança; que a virulência da ideologia salazarista exacerbada pelas dificuldades e contradições internas criadas pelas guerras coloniais e pela própria natureza do regime, por todos os meios ao seu alcance patrocina e promove o acesso do militarismo alemão às armas nucleares; com dobradas razões pertence à classe operária, ao povo português, às forças democráticas, aos partidários da Paz em Portugal, apoiar a luta que os países socialistas, a classe operária do mundo inteiro, as forças democráticas, as nações e povos amantes da paz conduzem contra a política belicista do imperialismo alemão e dos Estados Unidos, contra a agressão ao heróico povo do Vietnam, contra a existência de bases militares estrangeiras em território nacional, contra as experiências nucleares e a utilização das armas atômicas para fins de guerra, contra as guerras de opressão impostas aos povos que lutam pela sua liberdade e independência.

O Partido Comunista inscreveu no seu Programa a realização de uma política de Paz e de relações pacíficas com todos os povos, que se opõe à política de guerra e de submissão ao imperialismo estrangeiro, dos governantes salazaristas.

Os objectivos da política de Paz insertos no Programa do Partido Comunista para a revolução democrática e nacional preconizam a realização de uma política externa fundada na coexistência pacífica, na interdição e destruição das armas nucleares, na denúncia de todos os tratados e compromissos como os da NATO, «Pacto Ibérico» e outros, na liquidação das bases militares estrangeiras em território português, no estabelecimento e estreitamento das relações e cooperação com os países do campo socialista, no combate a todas as formas de colonialismo e neocolonialismo, na solidariedade aos movimentos de libertação.

Ao entendimento para a guerra, praticado pelo fascismo salazarista, o Partido Comunista Português preconiza no seu Programa uma aliança para a Paz.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Lançar a vanguarda sozinho na batalha decisiva, quando toda a classe, quando todas as grandes massas ainda não tomaram uma atitude de apoio directo à vanguarda, ou pelo menos uma atitude de neutralidade simpatizante, que as torne completamente incapazes de apoiar o adversário, seria mais do que insensatez, seria um crime. Ora para que verdadeiramente toda a classe, para que verdadeiramente todas as massas trabalhadoras e oprimidas pelo capital cheguem a tomar tal posição não basta só a propaganda e a agitação. Para tal é preciso a própria experiência política dessas massas. Esta é a lei fundamental de todas as grandes revoluções, lei mais ou menos confirmada de maneira impressionante, não só pela Rússia, como pela Alemanha. Não foram somente as massas ignorantes, iletradas até na sua maioria, da Rússia, como também as massas da Alemanha, altamente cultivadas e sem analfabetos, que tiveram de experimentar, à sua custa, a cobardia do governo dos paladinos da II Internacional, toda a sua fraqueza, toda a sua frouxidão, toda a sua impotência e todo o seu servilismo diante da burguesia e o carácter inevitável da ditadura dos ultra-reaccionários (Kornilov na Rússia, Kapp e Cª na Alemanha) única alternati-

va em face da ditadura do proletariado, para se orientarem resolutamente para o comunismo.

O objectivo imediato da vanguarda consciente do movimento operário internacional (isto é, dos partidos grupos e tendências comunistas) é conduzir as massas (ainda sonolentas, apáticas, rotineiras, inertes e adormecidas, na maioria dos casos) a esta nova posição; ou antes, saber conduzir não só o seu partido, mas também as massas em marcha, para esta nova posição. Se o primeiro objectivo histórico (atrair a vanguarda consciente do proletariado para o lado do poder dos soviets e da ditadura da classe operária) não pode ser atingido sem uma vitória completa, ideológica e política sobre o oportunismo e o social-chauvinismo, o segundo objectivo, pleno de actualidade, que consiste em saber conduzir as massas a esta nova posição de molde a assegurar a vitória da vanguarda na revolução, não pode ser atingido sem a liquidação do doutrinarismo de esquerda, sem uma refutação decisiva e a eliminação completa dos seus erros.

LÉNINE—«Extremismo, doença infantil do comunismo»

Espírito de Iniciativa

(continuação da pág. 12)

lho em conjunto, disciplinado, a capacidade em-
preendedora e inventiva de cada militante.

Mantendo a fidelidade à linha traçada e de-

envolvendo o espírito de iniciativa dos militantes, o nosso Partido dominará melhor as situações e a sua acção ganhará mais vigor e maior eficiência.

ESPÍRITO DE INICIATIVA

O agravamento da situação política e repressiva exige, cada vez mais, da parte de todos os militantes, uma forte consciência revolucionária, uma dedicação inquebrantável à luta, uma maior capacidade de orientação e maior espírito de iniciativa.

Ter espírito de iniciativa é ser capaz de tomar decisões e agir, é saber orientar-se procu-

rando realizar as directrizes traçadas pelo Partido, sem suspender constantemente a acção à espera das instruções de cima; é não perder a oportunidade de tomar decisões quando a situação o exija, não ficar paralizado pela impossibilidade de ouvir a tempo camaradas ou organismos de escalão superior.

ESTUDAR, DISCUTIR, COMPREENDER A LINHA DO PARTIDO

O importante é que os militantes compreendam bem os objectivos do Partido e a sua tática em cada fase da luta, assim como as tarefas fundamentais que em cada sector se pretendem levar a cabo. Sem isto os militantes ou se sentem incapazes de agir por não saberem o que devem fazer ou cometem erros a cada passo, por não haverem assimilado suficientemente a linha do Partido.

Uma vez compreendida a linha do Partido, o espírito de iniciativa tem o seu papel a desempenhar na aplicação dessa linha. A vida coloca a cada instante aspectos novos e particulares que não foram discutidos. Nesse momento, se os militantes suspendem invariavelmente a sua actividade à espera de instruções de cima, dos organismos superiores, poder-se-á dizer que todos os dias ficam por dar um sem-número de pequenos passos para que só faltava avançar o pé. No conjunto são largas passadas que estariam vencidas e ficam entretanto por vencer. Expliquemos com alguns exemplos concretos.

Numa reunião ficou assente o camarada A formar o organismo X com os elementos 1, 2 e 3. Entretanto o camarada A ao proceder às últimas conversas para o efeito verificou que o elemento 3 não oferecia condições, porque recusou, quando surgiu um obstáculo conspirativo.

Devia o camarada A limitar-se a esperar pela reunião do seu organismo ou pelo controleiro? Claro que não. Ele podia ao menos levar já para a reunião ideias concretas sobre os substitutos possíveis do camarada 3. E foi assim que procedeu, iniciando conversas para esse fim. Quando a reunião do seu organismo se realizou pôde apresentar propostas precisas e submetê-las à apreciação dos outros camaradas. É evidente que assim se poupa tempo e anda mais rápido o trabalho.

Em relação à luta que está a travar-se em certa empresa, na reunião do organismo assentou-se num plano de acção. Viram-se os passos a dar com vista a levar a efeito determinada acção. Dentro de pouco as circunstâncias precipitaram os acontecimentos e a situação propícia para aquela acção surgiu inesperadamente. Deviam os militantes ficar impassíveis à espera da data prevista para então efectivar a acção as-

sente? Muito errado seria se assim procedessem.

Por falta de iniciativa e de dinamismo escapam-nos as marés—que têm o capricho de virem muitas vezes quando menos se julga—e escapam-nos outras tantas ocasiões de levarmos os trabalhadores à luta, provavelmente à vitória.

Vejamos ainda outro exemplo. Numa terra encontravam-se indivíduos estranhos que levantavam suspeitas. Entretanto não estava claro que faziam. Deveriam os militantes dessa localidade meter-se em casa e limitar-se a comunicar as suas suspeitas na reunião do seu organismo? Se assim fizessem poderiam ficar fora das vistas da polícia, mas também esta ficaria fora das vistas do Partido. Por isso, os militantes tomaram a iniciativa de observar os passos dos indivíduos estranhos e forneceram ao Partido informações seguras e preciosas.

Outro exemplo ainda:

Em certa localidade, os fascistas afixaram cartazes de modo abundante. Isto deu-se após uma reunião do organismo local. Seria preciso uma nova reunião com a presença do controleiro para determinar a atitude a tomar? Um cartaz fascista intacto é de certo modo um insulto aos sentimentos democráticos do nosso povo e um cartaz rasgado é um rasgão na propaganda fascista. Os militantes da localidade tomaram a iniciativa de arrancá-los das paredes.

Não é a anarquia que se gera no trabalho do Partido quando os militantes agem com espírito de iniciativa, dentro das directrizes do Partido. A anarquia só pode resultar da iniciativa fora das directrizes do Partido, estranhas à sua orientação, animada por um espírito individualista que se sobrepõe ao espírito colectivo e à linha geral traçada. Mas agir com espírito de iniciativa seguindo as directrizes do Partido é desenvolver a acção organizada, unida, que não enfraquece a disciplina do Partido e donde resulta uma maior força para a nossa actividade. É adaptar a nossa luta, a acção do Partido, à complexidade da vida que todos os dias surge com oportunidades inesperadas. Agir com espírito de iniciativa é saber aliar à força do traba-

(continua na pág. 11)